

Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná)

Women's empowerment in agriculture: a study at Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná)

Roberta Vedana¹ , Pery Francisco Assis Shikida² , Marcos de Oliveira Garcias³ , Mary Paula Arends-Kuenning⁴ 

¹Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba (SP), Brasil. E-mail: robertavedana@hotmail.com

²Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo (PR), Brasil. E-mail: peryshikida@hotmail.com

³Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras (MG), Brasil. E-mail: marcos.o.garcias@gmail.com

⁴University of Illinois, Champaign (IL), United States. E-mail: marends@illinois.edu

Como citar: Vedana, R., Shikida, P. F. A., Garcias, M. O., & Arends-Kuenning, M. P. (2023). Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(2), e237944. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.237944>

Resumo: O objetivo deste trabalho foi mensurar e analisar o empoderamento das mulheres, em sua maioria agricultoras, associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial ou participantes enquanto cônjuges dos cooperados. Para a obtenção dos resultados, foram coletados dados primários por meio de questionários aplicados a 150 casais de agricultores e agricultoras, totalizando 300 entrevistados. A partir desses dados, foi feita a aplicação de uma adaptação do *Women's Empowerment in Agriculture Index* (WEAI). O resultado da pontuação, por meio do índice WEAI adaptado, indicou que ocorre forte empoderamento feminino, pois atendem requisitos em mais de 80% dos indicadores ponderados. O teste de sensibilidade, considerando outros pontos de corte, confirmou esse resultado. Ademais, verificou-se que, mesmo que as mulheres apresentem um nível elevado de empoderamento, a disparidade entre os gêneros, em favor dos homens, ainda persiste. Ou seja, evidencia-se que, embora o *status* das mulheres vinculadas à agricultura na região Oeste do Paraná seja elevado, a lacuna entre os gêneros, em favor dos homens, prevalece. Por fim, constatou-se que os entrevistados possuem uma percepção positiva sobre o empreendedorismo e reconhecem a importância de atividades que estimulem uma maior atuação feminina na agricultura, sobretudo aquelas promovidas pela Cooperativa.

Palavras-chave: mulheres, participação, Lar Cooperativa Agroindustrial, empoderamento na agricultura.

Abstract: The objective of this work was to measure and analyze the empowerment of women, mostly farmers, who were members of Lar Cooperativa Agroindustrial themselves or affiliated with the cooperative through their husbands' memberships. Results were based on, primary data collected through questionnaires applied to 150 husband-and-wife farm couples, totaling 300 respondents. Based on these data, an adaptation of the Women's Empowerment in Agriculture Index (WEAI) was constructed. The result of the adapted WEAI empowerment score for women indicated that they were empowered, as they met the standards for more than 80% of the indicators considered. The sensitivity test regarding other cutoff points confirmed this result. However, although women presented a high level of empowerment, the disparity between genders in favor of men still persisted. In other words, it is evident that, despite the high status of women in agriculture in the western region of Paraná, the gap between genders in favor of men prevails. Finally, it was found that respondents have a positive perception towards entrepreneurship and recognize the importance of activities that encourage greater female participation in agriculture, especially for those activities promoted by the Cooperative.

Keywords: women, participation, Lar Cooperativa Agroindustrial, empowerment in agriculture.

1. Introdução

As mulheres desempenham um importante papel na agricultura em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, onde 43% da força de trabalho agrícola é



feminina (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2018). No Brasil, por sua vez, a participação das mulheres nas atividades agropecuárias apresentou uma queda no período recente, passando de 24,5%, em 2004, para 19,6%, em 2015. Dentre as atividades que compõem a agropecuária, notou-se que a maior demanda pela mão de obra feminina, em 2015, se concentrou mais intensamente na hortifruticultura (18,8%), na avicultura (12,2%), na produção de grãos (10,6%) e na bovinocultura (9,7%), principalmente aquela destinada à produção de leite. Ou seja, são atividades tradicionalmente relacionadas à menor exigência de força física para a sua execução e por questões culturais há um estímulo para a contratação de mulheres nestas funções (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, 2018), o que é discutido abaixo.

Este comportamento no mercado de trabalho agrícola está diretamente relacionado à lógica de divisão sexual neste meio seguida por grande parte dos domicílios rurais, que tem como modelo de estrutura familiar, predominantemente, a figura do homem como responsável pela chefia da família e a da mulher pelos afazeres domésticos. Mesmo que, em sua maioria, elas participem das tarefas produtivas, a sua atuação é, geralmente, vista como de ajudante, enquanto que o planejamento e a administração das atividades agropecuárias estão, na maior parte das vezes, ao encargo do homem (Staduto et al., 2013).

Paulilo (1987, p. 03) estabelece que, mesmo em regiões com culturas diferentes, o traço comum nas relações de gênero está na “distinção entre trabalho ‘leve’ e ‘pesado’”. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência, masculina.” Cumpre ressaltar que esta classificação, de acordo com Paulilo (1987), resulta na diferenciação da remuneração, a qual é mais alta para o caso do trabalho ‘pesado’ e baixa para o ‘leve’.

Um contraste desta configuração é apontado em um estudo sobre o cotidiano de vida e trabalho de mulheres e homens, no contexto da produção leiteira, no Paraná. Menasche & Escher (1996) atentaram para o fato de que à medida que a produção de leite passa a ser tecnificada, o domínio da atividade deixa de ser feminino e passa a ser masculino. Esta configuração de divisão do trabalho com base no gênero, além de contribuir para que o arquétipo social do masculino e do feminino continue a ser reproduzido, dificulta a construção de práticas sociais que aumentem a participação das mulheres na tomada de decisões e o seu poder de barganha intrafamiliar (Staduto et al., 2013).

Entretanto, Staduto et al. (2013) salientam que, nos últimos anos, a atuação da mulher, particularmente, no âmbito produtivo e social, tem ganhado importância em meio ao debate sobre o desenvolvimento rural, tanto nos estudos empíricos quanto na incorporação das questões de gênero nas políticas públicas.

Como exemplo, Marins (2017) lança luz à reflexão veiculada em âmbito internacional segundo a qual, até recentemente, as políticas públicas, ao invés de promoverem a equalização social, acabavam por reproduzirem a desigualdade de gênero, na medida em que dualizavam os papéis de gênero, uma vez que os homens se apresentavam como provedores e as mulheres como mães e cuidadoras.

Neste sentido, a análise da participação de mulheres e homens, especificamente nas decisões agrícolas, agrega elementos para a discussão e a elaboração de políticas públicas que contribuam para o rompimento da reprodução dos papéis sociais atribuídos ao gênero, ainda mais quando se considera o contexto regional, visto que o processo de formação social e econômico delinea a relação entre os gêneros. No caso do Oeste paranaense, sede da Lar Cooperativa Agroindustrial, foco do presente estudo, o movimento migratório, intensificado a partir da década de 1950, foi o principal responsável pela colonização e inserção das características socioeconômicas que moldaram a região (Rippel, 2005). Os migrantes descendentes ítalo-germânicos, oriundos do

Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, trouxeram consigo a experiência da agricultura familiar e uma cultura fortemente arraigada na diferenciação dos sexos no trabalho da lavoura.

O modelo de colonização adotado na região Oeste foi pautado pela reunião dos agentes colonizadores em favor da organização de associações como resposta aos desafios apresentados pelo processo de mecanização agrícola que se seguiu à década de 1970. A transformação da estrutura produtiva regional, acompanhada pela integração do produtor nas agroindústrias privadas ou mesmo cooperativas, representou uma oportunidade de manutenção das famílias no campo por meio da pluriatividade traduzida na diversificação das fontes de renda (Rippel, 2005). Atualmente, a região é uma das principais produtoras de grãos e proteína animal do Paraná, principalmente a carne de frango, que representa 70% dos produtos exportados pelo estado (Avesui América Latina, 2019).

Neste cenário, destaca-se a posição da Lar Cooperativa Agroindustrial. Fundada em 1964, a Lar é uma das instituições que contribuem para o crescimento do Oeste paranaense, sendo que, em 2019, faturou R\$ 6,7 bilhões, empregou 13.494 mil funcionários e contou com um quadro de 11.055 associados. Entre as atribuições da Cooperativa, incluem-se a difusão de tecnologia, a assistência técnica, a agregação de valor aos produtos, além da promoção de atividades de capacitação para associados e familiares. Dentre os treinamentos realizados pela Lar, ressaltam-se aqueles direcionados às mulheres, que, muitas vezes, não são associadas e participam enquanto cônjuges dos filiados (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2020).

O acesso às atividades de treinamento é baseado, em grande parte, na dinamização do capital social e no empoderamento dos participantes, tanto homens quanto mulheres. É importante enfatizar que o empoderamento consiste em um processo multidimensional que atinge diversos aspectos da vida, como o familiar, a posição social, o poder econômico, a saúde física e emocional (Alkire et al., 2013a). Considerando que o desenvolvimento rural passa, necessariamente, pelo maior envolvimento também das mulheres, o empoderamento torna-se uma ferramenta fundamental que oportuniza a elas o papel de agente efetivo no desenvolvimento e no bem-estar do campo.

Mesmo diante da importância do empoderamento das mulheres na agricultura e do aumento das discussões a este respeito no Brasil, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos e científicos focados em analisar a participação feminina na tomada de decisões em âmbitos da produção, geração de renda, acesso a recursos, participação em grupos sociais e na alocação do tempo.

Ao compreender o papel cada vez maior da mulher no cenário econômico da agricultura regional e a importância de se pesquisar sobre este tema, a presente pesquisa objetivou mensurar e analisar o empoderamento das mulheres, em sua maioria agricultoras, associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial ou que participam por meio da associação de seus maridos.

Além desta introdução, discute-se o empoderamento da mulher na agricultura e sua influência no desenvolvimento socioeconômico (seção 2). Na seção 3, é apresentada a inserção da Lar Cooperativa Agroindustrial no contexto socioeconômico da região Oeste do Paraná, os comitês educativos e o Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina da Cooperativa. Na sequência, a metodologia (seção 4). Os resultados e as discussões encontram-se na seção 5 e, por último, as considerações finais (seção 6).

2. O empoderamento da mulher na agricultura e sua influência no desenvolvimento socioeconômico

A ligação entre o empoderamento das mulheres e o seu efeito no desenvolvimento socioeconômico vem sendo defendida por Amartya Sen em grande parte do seu trabalho.

Sen (2000, p. 234-235) enfatizou que educar as meninas fornece uma base para melhorar a agência das mulheres.

O ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual. Entre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. [...] A condição de agente das mulheres é um dos mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento.

De acordo com Sen (2000), a posse dos recursos produtivos (terra e capital) nos países em desenvolvimento concentra-se, em geral, nas mãos dos homens da família. Portanto, é muito difícil para as mulheres realizarem, até mesmo, pequenos empreendimentos, visto que não possuem bens para oferecerem de garantia aos credores, razão de boqueio do aumento da participação feminina nas mais diversas atividades econômicas, especialmente agrícolas.

Na visão de Petesch et al. (2005), o empoderamento é potencialmente importante por seus impactos diretos e indiretos no desenvolvimento socioeconômico. Para os autores, a posse de recursos econômicos e o capital humano são fundamentais para a agência, pois reduzem a dependência ao mesmo tempo que aumentam a capacidade individual de fazer escolhas.

Segundo Kishor e Subaiya (2008), mulheres rurais tendem a tomar menos decisões por conta própria do que as urbanas. Evidências que sustentam esta argumentação podem ser encontradas em Sen (2000, p. 226), quando o autor realça o seguinte ponto: “[...] a contribuição da mulher para a prosperidade da família é mais visível quando ela trabalha fora de casa e recebe um salário. Ela também tem mais voz ativa, pois depende menos de outros”. Esta realidade é observável, principalmente, entre mulheres urbanas. Já entre as rurais, verifica-se que a sua atuação está, geralmente, em função da manutenção da vida familiar.

Staduto (2015) complementa essa discussão indicando que, no meio rural, o trabalho desenvolvido pelas mulheres é, na maioria das vezes, pouco reconhecido e está frequentemente relacionado às atividades reprodutivas de baixa ou nenhuma valoração. A participação feminina na geração de renda e produção de excedentes direcionados ao mercado quase que desaparece diante da atuação do homem, responsável pela negociação no espaço público.

Neste mesmo sentido, o casal Woortmann & Woortmann (1997), em um estudo realizado entre produtores rurais sergipanos, apontaram que o processo de trabalho no campo define os espaços sociais ocupados por homens e mulheres. Segundo os autores, o trabalho da mulher está voltado para dentro de casa, ou seja, para o consumo familiar; já o trabalho do homem está voltado para fora, ou seja, para a produção agropecuária.

Staduto (2015) explica que se vincula tradicionalmente ao homem as atividades produtivas voltadas ao mercado e que, por esta razão, são remuneradas. Já às mulheres atribui-se o conceito de “trabalho reprodutivo” que corresponde às atividades limitadas ao espaço privado, relacionadas aos afazeres domésticos, ao cuidado do quintal, de crianças e idosos. O autor, em contrapartida, chama a atenção para o trabalho da mulher no “quintal da casa” como gerador de duas formas diferentes de renda: 1) na produção para o autoconsumo; e 2) na venda ao mercado da produção não consumida pela família. Mesmo que a primeira não permita ser convertida monetariamente, esta remuneração não pode ser excluída do cômputo do orçamento familiar.

A dificuldade em distinguir as atividades de produção daquelas de reprodução, bem como o difícil acesso à terra e ao capital produtivo, ocorrem devido a contratos sociais que privilegiam a transmissão da herança para os homens. Essas circunstâncias evidenciam a condição de subalternidade da mulher em relação ao homem, intensificada no meio rural brasileiro, notadamente pela baixa participação das mulheres na direção de estabelecimentos

agropecuários. Mesmo que os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 tenham mostrado o aumento no número de mulheres na direção dos estabelecimentos, 12,7%, em 2006, para 18,7%, em 2017, a direção das propriedades ainda é majoritariamente masculina (Staduto, 2015; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Nas economias desenvolvidas, verifica-se uma utilização quase que total da força de trabalho das pessoas na maioria das atividades produtivas. Nesse sentido, o papel de homens e mulheres é igualmente importante para o desenvolvimento econômico. A propósito, este último é um conceito amplo, devendo ser visto muito além de apenas aumento da renda nacional, uma vez que é capaz também de provocar uma revolução socioeconômica com impactos positivos para a sociedade (Baig et al., 2017).

Análises econômicas sobre a participação da mulher em comparação com a do homem em atividades agrícolas, principalmente no processo de tomada de decisões, vêm crescendo, nos últimos anos, ao redor do mundo (Gupta et al., 2017). Dentre essas análises, destacam-se os estudos que se utilizam da coleta de dados primários, representando uma riqueza de informações levantadas em pesquisa de campo, o que se reveste de importante significado quando direcionadas a compreender o papel feminino no desenvolvimento socioeconômico no contexto em que a mulher está inserida.

3. A inserção da Lar Cooperativa Agroindustrial no contexto socioeconômico da região Oeste do Paraná

A formação socioeconômica do Oeste paranaense começou com movimentos migratórios oriundos da Argentina, Paraguai e, principalmente, do sul do Brasil. A migração mais intensa foi proveniente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, incentivada pelo governo do Paraná e por companhias colonizadoras a partir da segunda metade da década de 1940. Este contingente populacional consistiu, sobretudo, de descendentes de alemães e italianos que se estabeleceram em comunidades organizadas, predominantemente, em pequenas propriedades rurais (Piacenti et al., 2001; Rippel, 2005).

As relações de produção, estabelecidas pelas famílias e comunidades no Oeste do Paraná, foram orientadas no sentido de converter os recursos disponíveis¹ em meios de subsistência e destinar o excedente para o mercado. Este sistema produtivo, que se valeu do dinamismo econômico experimentado pelo país, decorrente, em grande medida, do processo de industrialização acelerado na década de 1950, contribuiu para introduzir a região no processo de desenvolvimento nacional (Piacenti et al., 2001; Rippel, 1995, 2005).

Ademais, o esgotamento das atividades extrativistas, realizadas ao longo das décadas de 1940 e 1950 na primeira etapa da colonização, e o limite de expansão das fronteiras agrícolas levaram a uma transição nos moldes da produção regional. A acelerada modernização da agricultura iniciada nos anos 1960 permitiu a inclusão efetiva da região Oeste paranaense nos projetos de exportação nacional já na década de 1970 (Piacenti et al., 2001; Rippel, 1995, 2005).

A rápida transformação pela qual passou o Oeste do estado perpassou, segundo Rippel (2005), pelo acesso ao crédito subsidiado, garantia de preços, aquisição de tecnologias avançadas, máquinas, equipamentos, sementes tratadas, entre outros insumos que possibilitaram a especialização de atividades econômicas ligadas à agricultura. A formação de uma base de exportação agrícola aliada às características socioculturais foram fatores fundamentais para a

¹ A ocupação do território que, hoje, compreende o Oeste paranaense é resultado de um processo bastante controverso, desenvolvido a partir de 1610, que contou com a exploração e a espoliação humana (indígenas e, mais tarde, também da população paraguaia ali residente) e a extração predatória dos recursos naturais, com seu auge nas décadas de 1920 e 1930 (Piacenti et al., 2001; Rippel, 2005).

criação de cooperativas e agroindústrias que, sob influência do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, impulsionaram o crescimento da região (Piffer, 1997; Rippel, 2005).

É neste ensejo que é inaugurada a Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil). Atualmente denominada de Lar Cooperativa Agroindustrial, fundada em 19 de março de 1964 junto à colonização da Gleba dos Bispos, hoje município de Missal. O projeto de colonização experimentado neste local se iniciou em meados de 1963 por meio de uma ação governamental, que, a partir da doação de terras às Dioceses de Jacarezinho, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Palmas, inseriu na região um modelo de colonização empreendido pela Igreja Católica, justificando, então, o nome Gleba dos Bispos. Imbuídos pelos princípios do cooperativismo e do associativismo, os agentes responsáveis pela colonização, na figura do padre José Backes e de representantes da Colonizadora Sipal Ltda., buscaram atrair para a região, essencialmente, migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina de descendência alemã e de religião preferencialmente católica (Klauck, 2004).

A criação da Comasil se deu por iniciativa do padre José Backes e de 55 agricultores. O intuito inicial com a implantação da Cooperativa era atender o produtor (também chamado de colono) nas atividades agrícolas que seriam desenvolvidas (Klauck, 2004). A primeira sede administrativa foi transferida de Missal, em 1972, por razões de localização estratégica, para o município de Medianeira, sede atual. Em 1973, a sigla Comasil foi substituída pela Cotrefal (Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda.). Em 2001, ano de extinção da Cotrefal, a marca Lar foi adotada com o nome Cooperativa Agroindustrial Lar, passando a se chamar Lar Cooperativa Agroindustrial a partir de 2015 (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2020).

A busca por vantagens competitivas na aquisição de insumos agrícolas, a introdução da mecanização das lavouras e a posterior solução dos problemas de armazenagem e escoamento da produção nortearam a Cooperativa para a lógica de mercado, uma vez que passou a atuar nos moldes de uma empresa, com agroindústrias que já ultrapassam os limites regionais (Reis, 2017).

Atualmente, a Lar Cooperativa possui 13 unidades na região Oeste paranaense nos municípios de: Medianeira, Céu Azul, Diamante D' oeste, Itaipulândia, Matelândia, Missal, Ramilândia, Santa Helena, São Roque (distrito de Santa Helena), São Miguel do Iguaçu, Santa Rosa Ocoy (distrito de São Miguel do Iguaçu), Serranópolis do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu. No Mato Grosso do Sul, são 14 unidades e uma em Santa Catarina, totalizando 28 unidades de atendimento (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2020).

A Lar atua com ênfase no setor do agronegócio, comercializando produtos e insumos agropecuários e na industrialização de aproximadamente 300 produtos (enlatados, congelados, cortes de frango e grãos, especialmente milho e soja). Seus alimentos industrializados atendem tanto o mercado regional, quanto inter-regional, além de serem exportados para países da América, Europa, Ásia e países árabes. Em 2019, o faturamento da Lar foi de R\$ 6,7 bilhões, 7% maior do que no ano anterior. Neste ano, a Cooperativa contava com 11.055 associados e empregava mais de 13.494 mil funcionários (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2020).

Sobre a estrutura fundiária, em 2019, 23,27% dos associados possuíam até 10 hectares, 28,32% entre 11 e 20 hectares, 14,82% entre 21 e 30 hectares, 14,59% entre 31 e 60 hectares, 6,19% entre 61 e 100 hectares, 9,54% entre 101 e 500 hectares e 3,27% acima de 500 hectares. Em relação aos associados por atividade, também em 2019, 9.899 produziam grãos (soja, milho e trigo), 849 aves de corte, 273 leite, 238 suínos, 290 mandioca e 93 ovos. Também vale ressaltar que alguns associados atuam em mais de uma atividade (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2020).

A inserção da Lar no processo de agroindustrialização dos produtos agropecuários na região de Medianeira reflete diretamente no desenvolvimento da região Oeste. Segundo Birck et al.

(2008), a Lar foi fundamental na absorção da mão de obra e no desempenho econômico dos municípios que possuem unidades industriais da Cooperativa, destacando-se Céu Azul, Itaipulândia, Missal e, principalmente, Matelândia.

Reis (2017) argumenta que o cooperativismo no Oeste do Paraná, além de sustentar o processo de modernização da agricultura, contribuiu para a penetração e expansão do capitalismo no setor primário. O processo de modernização agrícola, contudo, não foi acompanhado de um debate a respeito da inserção das mulheres nas atividades produtivas no setor agropecuário. As cooperativas, por sua vez, orientadas pelos seus princípios e estimuladas a destinar parte de seus fundos para promover a educação e a formação dos seus membros oferecem atividades socioeducativas por meio de comitês educativos e de promoção da liderança feminina, como é o caso da Lar Cooperativa Agroindustrial.

3.1 Comitês educativos e o Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina

O papel coadjuvante da mulher no meio rural, caracterizado pelo cerceamento do acesso a recursos produtivos, crédito, serviços, oportunidade e representatividade, vem sendo contestado por meio de um redirecionamento das atribuições femininas nos âmbitos da produção, geração de renda, reprodução familiar e na sua atuação em grupos sociais. A possibilidade de reverter este cenário tem a eminente contribuição das políticas nacionais de crédito rural e também das cooperativas, vias capazes de potencializar a autonomia das mulheres e aumentar a sua participação inclusive nos processos de tomada de decisões (Brasil, 2019b; Spanevello, 2019).

Foi com este intuito, ou seja, inserir a mulher agricultora no espaço público, que a organização de atividades educativas pela Lar Cooperativa Agroindustrial se consolidou na década de 1980. Inicialmente, os Comitês Educativos tinham por objetivo a formação de lideranças entre os associados e as demais pessoas da comunidade. Da mesma forma, as atividades voltadas às mulheres, coordenadas, até hoje, pelo Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina, que consistiam especialmente em cursos de economia doméstica, culinária e sabão caseiro, atendiam a todas as mulheres interessadas em participar, mesmo que não tivessem nenhuma relação com a Cooperativa. Contudo, a expansão da Lar acarretou também no aumento da demanda pelas atividades. A necessidade de um espaço apropriado para as capacitações levou à construção do Centro de Desenvolvimento e Treinamento (CDT), em 1993. A partir de então, todas as atividades dos Comitês Educativos, inclusive aquelas do Programa direcionado ao público feminino, passaram a ser realizadas no CDT e reservadas apenas para os associados e familiares (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2020). Atualmente, os objetivos destas atividades educativas são melhorar a oratória, autoestima, comunicação, expressão e relacionamento humano, de modo a promover o crescimento pessoal. Ao longo de 2018 e 2019, o Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina ofereceu treinamentos que, além dessas temáticas, abordaram assuntos como o cooperativismo, inovações tecnológicas, planejamento e gestão da propriedade rural, buscando enfatizar o protagonismo feminino, a liderança cooperativista e a liderança familiar. Nota-se, com tais formações, que o cooperativismo exercido pela Lar tem possibilitado além da diversificação das atividades no meio rural, a integração social e econômica da esfera familiar na comunidade.

4. Metodologia

Para este trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo fundada na aplicação de um questionário com perguntas objetivas e discursivas para associados da Lar Cooperativa

Agroindustrial. A escolha desta cooperativa para a realização da pesquisa se justifica em função do interesse comum da Lar em entender a participação feminina na tomada de decisões, a partir do contexto socioeconômico regional. Para a otimização de recursos humanos, financeiros e de tempo, das 13 unidades da Lar Cooperativa, na região Oeste paranaense, foram selecionadas aleatoriamente cinco delas por sorteio, levando-se em consideração a proporção de associados em cada regional. Como optou-se por cinco regionais, foi criado um valor médio de amplitude dividindo-se o total de associados da região Oeste paranaense (7.071) por 5, chegando no valor de 1.414,2. Depois, sorteou-se 5 números aleatórios, sem repetição, entre 1 e 1.414. Cada número sorteado indicou no acumulativo de associados quais foram as unidades selecionadas. Os cinco municípios sorteados foram: Matelândia, Missal, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu.

Para o cálculo do tamanho da amostra, tomou-se como base o número total de associados na região de abrangência da Lar no Oeste do Paraná (7.071 em 2018, ano de referência para a amostra). Foram aplicados 300 questionários, com um nível de 95% de confiança e margem de erro de 5,54%, apenas em domicílios com a presença de casais heterossexuais, sendo, portanto, a amostra composta por 150 mulheres e 150 homens. A opção por entrevistar casais se justifica pela facilidade de identificar os principais adultos masculino e feminino tomadores de decisão de cada domicílio, critério metodológico do WEIA que possibilita a mensuração da paridade de gênero.

Esta amostra foi dividida ainda em dois grupos de pesquisa. Do total de 150 casais entrevistados, 75 foram do grupo de “tratamento” e os 75 restantes do grupo de “controle”. Para formar o primeiro grupo, a Cooperativa disponibilizou uma lista de casais residentes nos municípios sorteados para a pesquisa em que a esposa havia participado, em 2018, do Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina, mantido pela Cooperativa. O grupo de 75 casais participantes foi escolhido aleatoriamente a partir desta lista de 232 casais. O segundo grupo foi selecionado a partir de uma segunda lista, também disponibilizada pela Cooperativa, que incluiu membros ativos em 2018 residentes nos cinco municípios sorteados, totalizando 3.671 domicílios. Após excluir os domicílios pertencentes a primeira lista, o segundo grupo de 75 casais não participantes do Programa foi escolhido aleatoriamente dessa segunda lista. Se o domicílio escolhido não incluísse marido e esposa, esse domicílio era descartado e o próximo da lista era escolhido como substituto.

O número de domicílios visitados em cada uma das unidades, para os dois grupos amostrais, foi calculado seguindo a metodologia de amostragem com probabilidade proporcional ao tamanho da população (total de associados de cada unidade da Lar Cooperativa Agroindustrial), indicada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children’s Fund, 2000).

As unidades sorteadas totalizaram, aproximadamente, 52% do total de associados e 42% do total de mulheres que participaram das atividades do Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina no ano anterior.

A partir da definição do número de entrevistados de cada grupo para as unidades sorteadas, o método de seleção dos associados ocorreu também por método aleatório. Para o grupo de tratamento, a lista de participantes foi baseada na presença das mulheres em atividades realizadas pela Lar no ano de 2018. A seleção das mulheres que fizeram parte da pesquisa teve como primeiro passo a identificação daquelas que atendiam ao critério da pesquisa, ou seja, que possuíam esposo ou companheiro – com o auxílio de uma das líderes locais do Comitê Feminino da Lar. O segundo passo foi sortear o nome das possíveis participantes, de modo a reorganizar a lista aleatoriamente, relacionada originalmente em ordem alfabética.

Para o grupo de controle foi realizada, inicialmente, uma seleção randômica a partir da lista total de associados de cada uma das cinco unidades, os quais estavam listados nominalmente em ordem alfabética. Assim, foi excluído qualquer viés de seleção da amostra. Conhecidos os nomes dos possíveis participantes, o próximo passo foi identificar, desta vez com o auxílio da gerência da respectiva unidade, os associados que atendiam ao critério da pesquisa deste grupo, ou seja, associados que possuíam esposo(a)/companheiro(a), excluídos os casais em que a mulher participa das atividades promovidas pelo Programa mantido pela Cooperativa.

Após tal etapa, foi estabelecido contato telefônico com os sorteados de ambos os grupos (tratamento e controle) a fim de realizar o convite para participar da entrevista. Tendo aceitado, os casais indicaram dia e horário convenientes para a sua realização. O local para a aplicação do questionário, se na sua casa ou na unidade da Lar Cooperativa, também foi definido pelos participantes. Importa destacar que as mesmas perguntas foram dirigidas para o homem e para a mulher. Contudo, para evitar viés nas respostas, os questionários foram aplicados individual e separadamente.

4.1 Metodologia de análise dos dados

Empoderar as mulheres e reduzir as desigualdades de gênero são dois importantes objetivos desejáveis para nortear toda e qualquer política de desenvolvimento. Para embasar tais políticas torna-se imprescindível criar e empregar instrumentos capazes de mensurar o poder, a agência e a inclusão das mulheres nos mais diversos setores sociais e econômicos. O enfoque dado à metodologia no presente trabalho vai justamente nesse sentido². Pois o WEAI, preocupado em calcular o empoderamento das mulheres por meio da sua autonomia para tomar decisões no âmbito da atividade agrícola, fornece bases para identificar os aspectos que mais influenciam o empoderamento feminino e precisam ser contemplados pelas políticas públicas. No caso da presente aplicação, essas informações revelam questões importantes que podem contribuir com o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário a partir da perspectiva de gênero.

A metodologia utilizada consiste em uma adaptação do *Women's Empowerment in Agriculture Index* (WEAI), – em português, Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura. Este índice foi desenvolvido em conjunto pelas seguintes instituições: USAID, *International Food Policy Research Institute* e *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (Alkire et al., 2013b).

Criado em 2012, o WEAI é uma ferramenta utilizada para medir o empoderamento, a agência e a inclusão das mulheres na agricultura. Este índice é baseado em pesquisas de campo e utiliza dados de âmbito individual coletados por meio de entrevistas (*survey*) e realizadas com os principais tomadores de decisão masculinos e femininos dentro dos mesmos domicílios (Alkire et al., 2013b).

Tendo em vista a complexidade do conceito de empoderamento, Alkire et al. (2013a) argumenta que um único indicador não é o suficiente para a sua mensuração. Por esta razão, o WEAI é composto por dois subíndices ponderados: o *five domains of empowerment* – 5DE, que avalia o empoderamento das mulheres por meio do seu poder de decisão, em cinco domínios, a saber, produção, renda, recursos, liderança e tempo; e o *Gender Parity Index* – GPI (Índice de Paridade de Gênero), que mensura o empoderamento feminino em relação ao masculino no mesmo domicílio. Os índices 5DE e GPI possuem 90% e 10% dos pesos na derivação do WEAI, respectivamente (Alkire et al., 2013a).

² Este trabalho não pretende discutir a fundo o conceito de empoderamento, que, entende-se, é múltiplo e complexo, mas sim apresentar uma abordagem metodológica de mensuração de empoderamento, por meio da autonomia das mulheres na agricultura e o seu poder de decisão no âmbito da produção, da renda, dos recursos, da liderança e do tempo.

Como resultado, o WEAI constrói um perfil de empoderamento multidimensional para cada homem e mulher, refletindo a sua agência individual, ou seja, a sua capacidade e poder de realizar escolhas ou tomar decisões nas diferentes dimensões compreendidas por este índice. Assim, o WEAI expressa os tipos de atuação no nível individual e pode ser desmembrado por região, idade, grupo social, bem como por cada indicador (Alkire et al., 2013b).

Originalmente, a aplicação do WEAI inclui 10 indicadores, conforme Quadro 1. Contudo, segundo Malapit et al. (2017), é possível desenvolver instrumentos alternativos, mais simplificados e que agilizam a aplicação do WEAI, o que é proposto no presente trabalho. Importante notar que todos os aspectos agrícolas relevantes que compõem as cinco dimensões do WEAI foram abrangidos. A adaptação metodológica realizada nesta pesquisa consistiu na redução do número de indicadores que compõem as dimensões do WEAI, uma vez que, originalmente, são coletados 10 indicadores. Para esta versão alternativa, entretanto, foram coletados dados referentes a sete indicadores, conforme indicam Malapit et al. (2017).

O Quadro 1 apresenta as dimensões, indicadores e pesos do WEAI original, segundo Alkire et al. (2013a), e do WEAI adaptado para esta pesquisa, seguindo a proposição de Malapit et al. (2017).

Quadro 1 – As dimensões, indicadores e pesos do WEAI original e do WEAI adaptado

WEAI original			WEAI adaptado			
Dimensões	Indicador	Peso	Dimensões	Indicador	Peso	
Produção	Participação nas decisões de produção	1/10	Produção	Participação nas decisões de produção	1/5	
	Autonomia na produção	1/10		-		
Recursos	Propriedade de ativos	1/15	Recursos	Propriedade de ativos	1/10	
	Compra, venda ou transferência de ativos	1/15		-		
	Acesso e decisões sobre crédito	1/15		Acesso e decisões sobre crédito	1/10	
Renda	Controle sobre o uso da renda	1/5	Renda	Controle sobre o uso da renda	1/5	
Liderança	Participação em grupos na comunidade	1/10	Liderança	Participação em grupos na comunidade	1/5	
	Falar em público	1/10		-		
Tempo	Carga de trabalho	1/10	Tempo	Carga de trabalho	1/10	
	Lazer	1/10		Percepção sobre a rotina de trabalho	1/10	

Fonte: adaptado de Alkire et al. (2013a) e Malapit et al. (2017).

Os indicadores retirados do WEAI foram os seguintes: autonomia na produção; compra, venda ou transferência de ativos e falar em público. A utilização do WEAI adaptado, segundo Malapit et al. (2017), reduz o tempo de aplicação do questionário, sendo indicado quando se deseja coletar informações sobre o empoderamento de mulheres usando um instrumento potencialmente mais curto e simplificado. A propósito, ao serem comparadas as versões do WEAI (integral e abreviada), ambas tiveram desempenho semelhante na detecção dos domínios mais significativos. Ademais, para os indicadores mantidos, o ponto de corte, as definições e regras de agregação permaneceram as mesmas (com exceção ao tempo, pois, nesta dimensão, a pergunta relativa à satisfação do entrevistado sobre o seu tempo destinado ao lazer foi substituída pela pergunta sobre a percepção da sua rotina de trabalho). Houve ajustes nos pesos para procurar manter as proporcionalidades entre as dimensões do WEAI original e daquele adaptado.

Cabe destacar que tanto o índice 5DE quanto o GPI variam de zero a um, com valores mais altos indicando um maior nível de empoderamento. Baseado no 5DE, um indivíduo empoderado é aquele que alcançou a adequação em pelo menos 80% dos indicadores ponderados. O ponto de corte foi definido por Alkire et al. (2013a) que, após exploração da sensibilidade da classificação de empoderamento para diferentes pontos de corte, selecionaram o ponto de 20%. Quer dizer, um indivíduo é desempoderado se a sua pontuação de inadequação for maior que 20%. Em outras palavras, o indivíduo é identificado como adequado no 5DE se tiver participação em quatro das cinco dimensões, que totalizam pontuação igual ou superior a 80%. Esta definição não impede, contudo, a realização de testes de sensibilidade a partir de diferentes pontos de corte para que se identifiquem os níveis de empoderamento para a amostra estudada. O cálculo do subíndice 5DE avalia se o indivíduo tem participação nas cinco dimensões consideradas pelo WEAI e é descrito na seguinte expressão:

$$5DE = H_e + H_n (A_a) \quad (1)$$

Em que:

H_e = % das mulheres que são empoderadas;

H_n = % das mulheres que não são empoderadas ($i - H_e$);

A_a = % das dimensões nas quais mulheres desempoderadas possuem adequação.

O GPI é uma medida de desigualdade que reflete as diferenças nos perfis 5DE entre homens e mulheres do mesmo domicílio. A paridade de gênero nos agregados familiares, mensurada pelo GPI, combina duas informações importantes: (1) a porcentagem de mulheres que não alcançam paridade de gênero em relação ao homem do seu domicílio; (2) a extensão da desigualdade no empoderamento entre mulheres (nos domicílios sem paridade) e homens. A construção do GPI facilita imediatamente a análise de domicílios que não têm paridade de gênero. Formalmente, o GPI é calculado da seguinte maneira:

$$GPI = 1 - H_w(R_p) \quad (2)$$

Em que:

H_w = % das mulheres sem paridade de gênero;

R_p = % diferença média de empoderamento entre as mulheres em comparação com os homens no mesmo domicílio.

Por fim, a pontuação total do WEAI é obtida a partir da soma ponderada dos subíndices 5DE e GPI. O WEAI é calculado por meio da seguinte expressão:

$$WEAI = 0.9(5DE) + 0.1(GPI) \quad (3)$$

A opção por usar o peso 0.9 reflete a ênfase do índice 5DE, embora o GPI também seja importante para o empoderamento. A escolha também reflete a magnitude relativa dos dois índices. O índice 5DE é a soma da conquista nos indicadores agrupados em cinco dimensões (produção, recursos, renda, liderança e tempo) (vide Quadro 1) e pode ser construída para cada indivíduo como uma pontuação de empoderamento (Tsiboe et al., 2018).

Cabe destacar que, das 300 observações efetuadas, foram utilizadas 216 para os cálculos realizados neste estudo. Esta diferença é gerada pelas informações em branco, os chamados *missings*, os quais são descartados automaticamente pelo software usado *STATA® Data*

Analysis and Statistical Software em caso de inadequação dos indicadores. Importante notar que o indicador “acesso e decisões sobre crédito” foi o que gerou o maior número de *missings*, o que pode ser explicado pelo fato de grande parte das famílias não ter necessitado, durante o período de referência da pesquisa, acessar fontes de crédito.

A maior contribuição do WEAI, segundo Alkire et al. (2013a), é a definição e o destaque das dimensões do empoderamento e como os índices multidimensionais podem ser usados para fornecer uma análise geral do empoderamento das mulheres. As estimativas do WEAI podem servir como uma ferramenta de diagnóstico para sinalizar áreas determinantes para intervenções, a fim de aumentar o empoderamento e a paridade entre sexos, bem como para identificar o indicador mais importante para o empoderamento, permitindo que essas áreas possam ser privilegiadas por programas e políticas.

5. Resultados e Discussões

5.1 Caracterização socioeconômica da amostra de associados da Lar Cooperativa Agroindustrial

Por meio da coleta de informações pessoais e socioeconômicas do questionário, é possível caracterizar o perfil dos associados da Lar Cooperativa Agroindustrial. Considerando que foram entrevistados 150 casais de associados, verificou-se que, individualmente, 56% das mulheres entrevistadas são sócias da Cooperativa. Já entre os homens, esse percentual é bem maior, pois 91,3% deles são associados.

A idade dos entrevistados está entre 20 e 85 anos, concentrada entre 50 a 54 anos (19%). Nesta mesma faixa etária, encontra-se 21,3% das mulheres entrevistadas. Já entre os homens, a faixa etária com a maior frequência é aquela de 55 a 59 anos (24%).

Em relação à naturalidade dos entrevistados, 55,7% são do Paraná, 27% do Rio Grande do Sul, 16,7% de Santa Catarina e apenas 0,6% são de outros estados (Rondônia e Mato Grosso do Sul). Este resultado se vincula ao processo histórico de ocupação e colonização da região Oeste paranaense, descrito por Piacenti et al. (2001), Rippel (2005) e, mais especificamente, sobre os municípios de abrangência da Lar Cooperativa, detalhado por Klauck (2004).

Em relação aos filhos, observou-se que a maior frequência é de 2 por casal (50%), sendo 50,8% do sexo feminino. Quando perguntados sobre a sucessão na agricultura, verificou-se que 47,4% dos filhos pretendem suceder ou já sucedem os pais. Deste universo, 64,4% são homens. Conforme Kiyota & Perondi (2014), um dos fatores que favorecem a permanência dos jovens no meio rural é a inclusão de projetos dos filhos nas estratégias de reprodução social familiar.

Quanto ao nível de instrução/escolaridade (Figura 1), os destaques para os 300 entrevistados foram: 40,7% apresentam uma formação com fundamental incompleto; 13,3% com fundamental completo; 23,7% com ensino médio completo e 7% com ensino superior completo. Nota-se que grande parte dos entrevistados estão na faixa do fundamental incompleto/completo, nível de instrução que fornece ao cidadão habilidades básicas da escrita, leitura e cálculo, conhecimentos basilares no desenvolvimento de suas capacidades de compreensão.

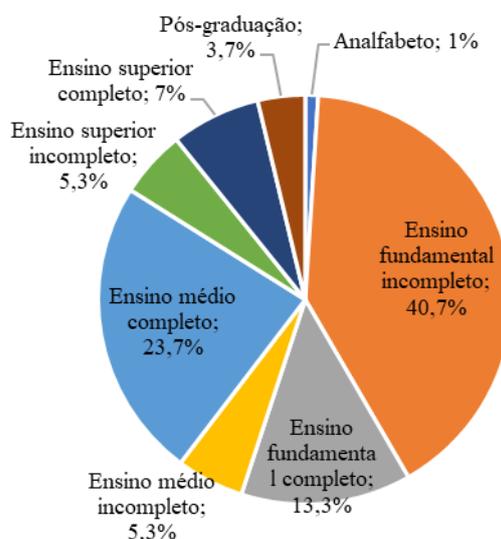


Figura 1 – Nível de instrução dos entrevistados. Elaborado pelos autores com resultados da pesquisa.

A análise focada nos entrevistados com nível de instrução mais elevado, ou seja, superior completo e com pós-graduação (10,7%), permite observar que 34,3% deste grupo são formados na área de administração e afins (gestão financeira, contabilidade, comércio exterior, etc.), 37,5% na área de educação (são professores de pedagogia, história, geografia etc.), 18,8% em agronomia e 9,4% em outras áreas do conhecimento (sistemas de informação, arquitetura, assistência social, etc.).

Sobre o perfil feminino e masculino entre os graduados e pós-graduados, 62,5% são mulheres e 37,5% são homens, havendo, portanto, uma importante vantagem feminina no tocante ao avanço nos estudos. Este resultado indica que as mulheres tendem a frequentar mais anos da educação formal, podendo significar uma melhor colocação em empregos mais qualificados. Esta tendência de mais mulheres do que homens deixarem o campo para estudar acaba estabelecendo o fenômeno de masculinização do rural, que foi observado por Camarano & Abramovay (1999). Entretanto, em pesquisa entre os anos de 2005 e 2010, Kiyota et al. (2012) encontraram uma realidade diferente num município do Sudoeste paranaense, no qual o número de jovens homens que saíram do campo para estudar foi superior aquele das jovens do sexo feminino.

Em relação à formação entre as mulheres pesquisadas, 50% são formadas na área de educação, 40% cursaram administração ou áreas afins e 10% se diplomaram em outras áreas do conhecimento. Entre os homens, 50% são formados em agronomia, 25% em administração ou afins, 16,7% na área de educação e 8,3% em outras áreas do conhecimento. Este resultado demonstra uma maior especialização por parte dos homens nas áreas técnicas e de gestão das propriedades, o que está relacionado com a perspectiva de que os filhos homens trabalham, direta e efetivamente, na produção agrícola junto com os pais e, por esta razão, têm preferência para a sucessão das propriedades rurais, como apontou o estudo de Carneiro (2001).

A Figura 2 possibilita observar que o nível de instrução das mulheres que compõem os dois grupos da pesquisa não apresenta grandes diferenças. As maiores dissimilaridades se encontram entre aquelas com pós-graduação e superior completo. Contudo, as diferenças não ultrapassam 5,3 pontos percentuais.

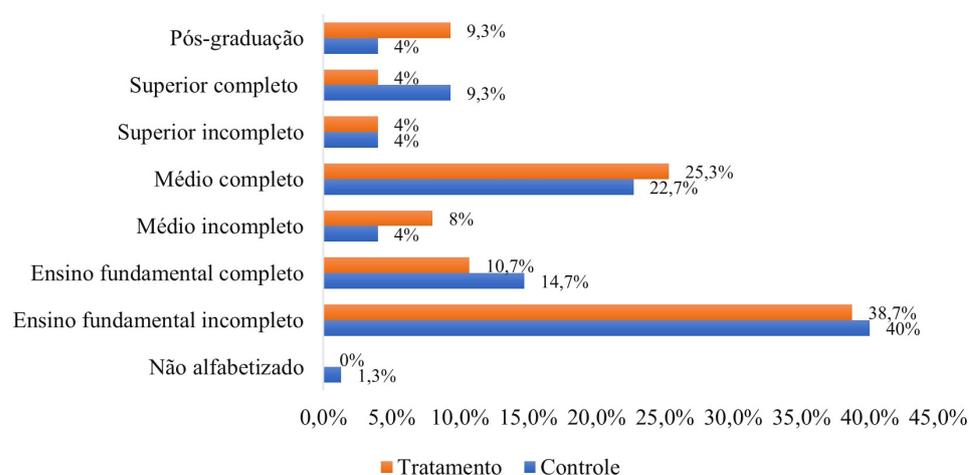


Figura 2 – Nível de instrução das mulheres por grupo de pesquisa. Elaborado pelos autores com resultados da pesquisa.

Ao se analisar os grupos de tratamento e controle individualmente, observou-se que, das 75 mulheres que compõem o grupo de tratamento, 13,3% possuem escolaridade igual ou superior à graduação, 60% são formadas na área de educação e 40% na área de administração e afins. Das 75 mulheres que compõem o grupo de controle, 13,3% possuem escolaridade igual ou superior à graduação, 40% são formadas na área de administração e afins, 40% na área de educação e 20% em outras áreas do conhecimento.

A análise dos níveis de instrução por faixa etária revelou escolaridades mais elevadas (ensino médio completo, superior incompleto, superior completo e pós-graduação) entre as mulheres de até 54 anos, tanto para o grupo de tratamento quanto para o de controle. Já as mulheres acima de 55 anos dos dois grupos possuem, de modo geral, níveis básicos de escolaridade (ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto).

Os entrevistados também foram questionados sobre a habilitação para dirigir. Vale destacar que esta última é um passo importante para a autonomia de homens e mulheres, pois representa um maior grau de liberdade de ir e vir graças ao uso de um veículo. Dos entrevistados em geral, 85% declararam possuir carteira nacional de habilitação e apenas 15% disseram não ter adquirido este direito: apenas um homem e as demais mulheres. A maioria dos homens entrevistados (72,5%) declarou ter obtido a carteira nacional de habilitação entre 18 e 22 anos de idade, sendo que apenas 25,7% das mulheres entrevistadas a obtiveram nessa faixa etária. Observa-se que a maioria das mulheres (57,2%) obteve a carteira acima de 28 anos contra apenas 11,3% dos homens. Entre as mulheres com direito de conduzir, 54,3% fazem parte do grupo de tratamento e 45,7% pertencem aquele de controle.

A pesquisa também revelou que 42,7% dos 150 domicílios visitados apresentam renda mensal bruta de 3,1 a 6 salários mínimos nacionais³. As faixas salariais foram estabelecidas por critérios da pesquisa.

Sobre a estrutura fundiária, dos 150 domicílios considerados, apenas 10 entrevistados declararam não possuir terreno agrícola, sendo a área utilizada para a produção agropecuária arrendada. Seguindo o mesmo critério de classificação da estrutura fundiária utilizada pela Lar Cooperativa (apresentado no capítulo 3), dos 140 casais entrevistados que informaram possuir terras agrícolas, 17,9% possuem até 10 hectares; 28,6% entre 11 e 20 hectares; 13,6%

³ O salário mínimo, em 2019, foi de 998,00 reais, segundo decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019 (Brasil, 2019a).

entre 21 e 30 hectares; 22,9% entre 31 e 60 hectares; 10% entre 61 e 100 hectares; 6,4% entre 101 e 500 hectares e 0,6% acima de 500 hectares. Além da área própria, 56 interlocutores declararam arrendar terra para produzir. Como corolário da estrutura fundiária, embora se observe a ocorrência de distintos tamanhos na amostra pesquisada, a maioria (83%) do grupo considerado se concentra em até 60 hectares, ou seja, um predomínio de pequenas e médias propriedades.

5.2 Mensurando o empoderamento feminino na agricultura

Conforme explicado nos procedimentos metodológicos, o WEAI resulta da média ponderada do valor do subíndice 5DE, que foi de 0,955 para o grupo de tratamento e de 0,889 para o de controle, e do valor do subíndice GPI, que foi de 0,998 para o grupo de tratamento e de 0,979 para o de controle. Os resultados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados do WEAI adaptado para as mulheres do grupo de tratamento e controle

Índices	Mulheres		Homens	
	Tratamento	Controle	Tratamento	Controle
Proporção de indivíduos cuja parcela de inadequações ponderadas é superior a $k(H_p)$	21,3%	40%	16%	13,3%
Intensidade de desempoderamento (A_p)	21,25%	27,7%	21,7%	2,9%
Índice de desempoderamento (M_o)	0,045	0,111	0,035	0,029
Índice 5DE ($1 - M_o$)	0,955	0,889	0,965	0,971
Número de observações	59	45	59	53
Porcentagem de dados utilizados	78,7%	60%	78,7%	70,7%
Porcentagem de mulheres sem paridade de gênero (H_{GPI})	1,8%	14,3%	-	-
Diferença média de empoderamento (I_{GPI})	12,5%	14,6%	-	-
Índice de Paridade de Gênero (GPI)	0,998	0,979	-	-
WEAI	0,959	0,898	-	-

Elaborado pelos autores com resultados da pesquisa.

O 5DE, para o grupo de tratamento, mostrou que 78,7% das mulheres são empoderadas (100% - 21,3%, conforme consta no H_p). As mulheres desempoderadas (21,3%) apresentaram inadequação média em 21,25% das dimensões (produção, recursos, renda, liderança e tempo). Já o 5DE, para o grupo de controle, mostrou que 60% das mulheres são empoderadas (100% - 40%, conforme consta no H_p). Entre as 40% sem poder de decisão, a inadequação média foi em 27,7% das dimensões.

Interessante observar a diferença percentual entre a proporção de homens e mulheres empoderados do mesmo grupo, ainda mais acentuada para o grupo de controle. Já no caso do tratamento, chama a atenção o fato de que os 16% dos homens desempoderados apresentam inadequação superior àquela das mulheres do mesmo grupo: estas inadequações masculinas chegam a 21,7% das dimensões diante de 21,25% das mulheres. Com efeito, constatou-se também diferenças entre a proporção de homens desempoderados dos dois grupos pesquisados, respectivamente, 16% e 13,3%, porém, com menor intensidade em cotejo com as diferenças entre as mulheres para os grupos de tratamento e controle, respectivamente, 21,3% e 40%.

O subíndice GPI mostrou que 98,2% das mulheres do grupo de tratamento (100% - 1,8%, conforme consta no H_{GPI}) têm paridade de gênero em relação aos seus parceiros. Para 1,8% das mulheres com menor participação nas decisões, a diferença média de poder entre elas e

os seus parceiros é de 12,5%. Já entre as mulheres do grupo de controle, a paridade de gênero revelou ser menor, 85,7% (100% - 14,3%, conforme consta no H_{GPI}). Das 14,3% com menos poder de decisão, a diferença média em seus domicílios foi de 14,6%.

O resultado da adaptação do WEAI, considerando o ponto de corte sugerido pela literatura, para as mulheres do grupo de tratamento foi de 0,959 e para as do grupo de controle foi de 0,898. Esta pontuação quer dizer que as mulheres de ambos os grupos são empoderadas, pois atendem ao critério de adequação em mais de 80% dos indicadores ponderados. Embora as condições socioeconômicas serem muito parecidas entre as mulheres, a diferença do resultado entre os dois grupos sugere que a participação nas atividades promovidas pelo Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina pode ter contribuído para a criação de condições favoráveis ao maior envolvimento das mulheres no processo de tomada de decisões relativas à agricultura. Tal participação favoreceu, portanto, um processo pessoal e dinâmico de empoderamento, conforme visto em Wright & Annes (2016).

A fim de verificar os graus de empoderamento, foram realizados testes de sensibilidade para o índice. Os níveis de adequação considerados foram de 60%, 70%, 80% (novamente apresentado) e de 90%. Um ponto de corte mais alto implica em um número menor de indivíduos desempoderados. Quer dizer que, quanto maior o ponto de corte, menor é o nível de adequação que um indivíduo precisa atender para ser empoderado, resultando no WEAI maior, como mostra a Figura 3.

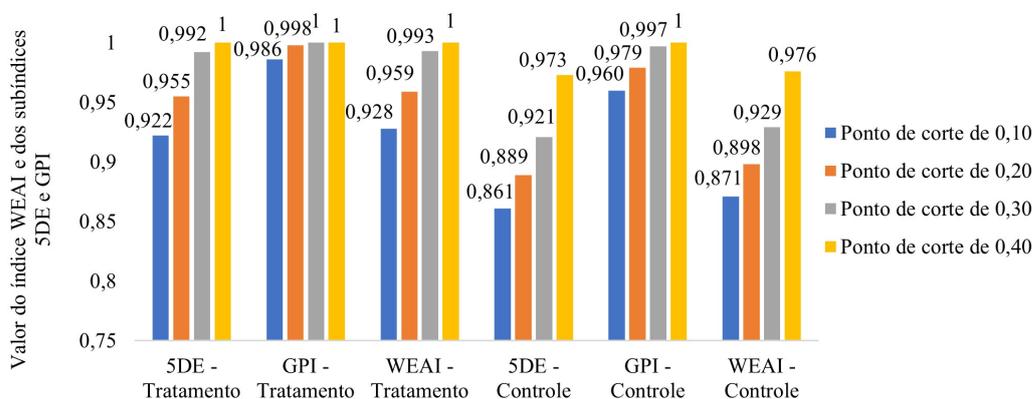


Figura 3 – Resultados do teste de sensibilidade do WEAI adaptado para as mulheres dos grupos de tratamento e controle. Elaborado pelos autores com resultados da pesquisa.

A partir da Figura 3 é possível perceber a sensibilidade do índice WEAI e dos subíndices em relação aos diferentes pontos de corte testados. O parágrafo a seguir apresenta os resultados detalhados que cada subíndice fornece para a amostra.

Ao considerar o nível de adequação em pelo menos 60% dos indicadores ponderados, todas as mulheres do grupo de tratamento são empoderadas. No grupo de controle, o empoderamento é experimentado por 93,3% das mulheres. Para o nível de 70% de adequação, observou-se que 97,3% das mulheres do grupo de tratamento e 76% do de controle são empoderadas. Em relação ao nível de 90% de adequação, as mulheres dos grupos de tratamento e controle que experimentam o empoderamento são 45,3% e 32%, respectivamente. Em relação ao GPI e para o ponto de corte de 0,10, observou-se uma disparidade de gênero nos domicílios de 13% e 16,94% para os grupos de tratamento e controle, respectivamente, resultado superior ao observado anteriormente no ponto de corte de 0,20. Para o ponto de corte de 0,30, os

resultados indicaram disparidade apenas nos domicílios de mulheres do grupo de controle, de 14,3%. Já para o ponto de corte de 0,40, os resultados não indicaram disparidade de gênero.

Apesar da atuação das mulheres na agricultura na região Oeste do Paraná ter mostrado um *status* diferenciado, por apresentar níveis de empoderamento elevados para os dois grupos pesquisados, tal constatação se deve, em grande medida, à ampla participação das mulheres nas decisões de produção, pela posse, mesmo que conjunta, de recursos produtivos, pelo acesso ao crédito e o engajamento em grupos sociais, apresentados por meio da análise descritiva. Por outro lado, os resultados do GPI demonstram uma lacuna entre os gêneros em favor dos homens. Evidências a partir da análise das decisões sobre as despesas domésticas e do uso do tempo revelam que as mulheres dedicam a maior parte da sua jornada de trabalho aos afazeres domésticos, limitando o tempo e a atenção destinados para atividades agrícolas, enquanto que os homens se encarregam da maioria dessas tarefas.

Ao traçar paralelos entre os resultados encontrados na presente pesquisa com os trabalhos que utilizaram o WEAI, é necessário levar em consideração, além da adaptação efetuada para este trabalho, as características sociais, culturais, econômicas e geográficas das regiões de aplicação do índice. Desta maneira, observou-se certa conformidade com Alkire et al. (2013a), cujos resultados da pesquisa piloto para regiões específicas dos países de Bangladesh, Guatemala e Uganda apresentaram pontuação do WEAI de 0,762, 0,702, 0,800, respectivamente. Tais dados indicam que apenas em Uganda as mulheres atingiram adequação de 80%. As autoras evidenciaram, para além da diferença do empoderamento entre homens e mulheres, a disparidade entre os gêneros no mesmo domicílio. Mesmo considerando as particularidades de cada região, o que se percebe, ao comparar os resultados de Alkire et al. (2013a) com aqueles da presente pesquisa, são as disparidades de gênero em favor do sexo masculino. Estas pesquisas revelam como as pessoas experimentam o empoderamento em diferentes níveis, a depender do contexto em que estão inseridas.

Os demais trabalhos revisados, como Sraboni et al. (2014); Malapit & Quisumbing (2015); Sharaunga et al. (2015); Seymour (2017); Zereyesus (2017); Gupta et al. (2017); Akter et al. (2017); Sraboni & Quisumbing (2018); Tsiboe et al. (2018); Diiro et al. (2018) e Petros et al. (2018), utilizaram o WEAI para estimar a relação do empoderamento feminino com variáveis como nutrição, saúde e vulnerabilidade alimentar dos membros dos domicílios, ou, até mesmo, relacionar o empoderamento com a eficiência técnica e produtividade na agricultura. Em posse do cálculo do WEAI e das variáveis socioeconômicas coletadas, outros trabalhos poderão se dedicar a identificar os fatores com maior influência para o empoderamento dessas mulheres.

Após mensurado o empoderamento feminino na agricultura, foi realizada uma análise qualitativa da percepção dos entrevistados sobre o empreendedorismo e o papel da Lar nesse aspecto. Observou-se, de modo geral, que mulheres e homens reconhecem a importância de atividades, sobretudo promovidas pela Cooperativa, que incentivem o empreendedorismo e uma maior atuação feminina na agricultura. Este reconhecimento é um passo importante para a discussão sobre os papéis sociais de homens e mulheres, pois partem do agregado familiar, como visto em Malhotra & Schuler (2005), peça central para o empoderamento feminino.

A importância de cursos e treinamentos sobre gestão direcionados à inclusão das mulheres na agricultura foi constatada também por Zimmermann et al. (2019). Os apontamentos das mulheres em sua pesquisa foram baseados em aspectos capazes de construir um ambiente favorável à participação feminina no contexto rural e cooperativo, e que coadunam com as conclusões encontradas na presente pesquisa. Para esta construção, as ações destacadas pelos autores que devem ser tomadas consistem, principalmente, no incentivo e na motivação do público feminino; na sua formação e capacitação; no deslocamento facilitado até a cooperativa

(ou locais onde os treinamentos são realizados); maior divulgação das atividades promovidas, além da divisão das tarefas da casa para que tenham mais tempo para participar na cooperativa, questão que depende essencialmente de uma mudança de relacionamento intrafamiliar.

6. Conclusão

O presente trabalho buscou mensurar e analisar o empoderamento das mulheres, em sua maioria agricultoras, associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial ou que participam por meio da associação de seus maridos. Para tal propósito, um questionário foi aplicado a 150 casais (300 indivíduos), divididos em dois grupos de pesquisa, tratamento e controle, distribuídos em 5 municípios da região Oeste paranaense em que a Cooperativa atua.

A análise descritiva do perfil socioeconômico dos entrevistados mostrou que estes últimos estão na faixa etária de 20 a 85 anos, as mulheres concentradas naquela entre 50 a 54 anos e os homens entre 55 a 59 anos. Quanto à naturalidade, a maioria é do Paraná, seguida do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No plano da escolaridade, a maioria possui ensino fundamental incompleto/completo, seguido do ensino médio completo. São poucos aqueles que possuem ensino superior e pós-graduação, mas, neste grupo, a maioria é de mulheres. Considerando os grupos de tratamento e controle, evidenciou-se a similaridade da escolaridade das mulheres nos dois grupos, uma vez que a maioria possui ensino fundamental incompleto.

Em relação ao tamanho das famílias, grande parte dos casais possui dois filhos. Aqueles do sexo masculino são os principais sucessores nas atividades da propriedade. A renda familiar se situa entre 3,1 e 6 salários mínimos e a maioria tem propriedade de até 60 hectares, ou seja, um predomínio de pequenos e médios estabelecimentos.

De acordo com os resultados obtidos pela aplicação adaptada do WEAI, obteve-se, por meio do 5DE, embora os dois grupos apresentando a maioria das mulheres como empoderadas, aquele de tratamento é composto por um número maior destes casos. A diferença percentual entre o empoderamento de homens e mulheres se mostrou mais acentuada no grupo de controle. No grupo de tratamento, observou-se que os homens apresentaram um percentual de inadequação nas dimensões superior àquele das mulheres. Com efeito, constatou-se também diferenças entre a proporção de homens empoderados dos dois grupos pesquisados, porém, com menor intensidade em cotejo com as diferenças entre as mulheres para os grupos de tratamento e controle.

A despeito de experimentarem um nível elevado de empoderamento, o GPI mostrou que a disparidade entre os gêneros em favor dos homens existe, principalmente, entre os domicílios do grupo de controle. Este resultado evidencia que, embora o status das mulheres na agricultura na região Oeste do Paraná seja mais favorável, a lacuna entre os gêneros em favor dos homens prevalece. Evidências a partir da análise das decisões sobre as despesas domésticas e do uso do tempo indicam que as mulheres dedicam a maior parte da sua jornada de trabalho aos afazeres domésticos, enquanto que os homens se encarregam da maioria das atividades agrícolas.

O resultado da pontuação do WEAI, adaptado para as mulheres de ambos os grupos, indicou seu empoderamento, pois atendem à adequação em mais de 80% dos indicadores ponderados. Entretanto, a pontuação das mulheres do grupo de tratamento é maior do que naquele de controle. O teste de sensibilidade, considerando outros pontos de corte, confirmou esse resultado. A diferença de empoderamento entre os dois grupos sugere que a participação nas atividades promovidas pelo Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina (mantido pela Lar), cujas mulheres do grupo de tratamento estão inseridas, contribui para a criação de

condições favoráveis ao seu maior envolvimento no processo de tomada de decisões relativas à agricultura. Ademais, depreende-se que mulheres empoderadas são mais propensas a participarem do programa em questão.

Ainda, a partir da percepção dos entrevistados em relação ao empreendedorismo e à contribuição da Lar, observou-se, de modo geral, que mulheres e homens reconhecem a importância de atividades que incentivem o empreendedorismo e uma maior atuação feminina na agricultura, sobretudo promovidas pela Cooperativa. Com o intuito de aprimorar tais iniciativas, foram sugeridos cursos sobre temas da agricultura, administração da propriedade, gestão financeira e informática que permitam a capacitação das mulheres e as incentivem a tomarem decisões por si próprias embasadas em conhecimento aprofundado.

Os resultados apresentados levantam questões importantes para o debate em torno da participação feminina no âmbito rural, a respeito de decisões produtivas ou econômicas, seja nos âmbitos do empreendimento ou da cooperativa. Deste modo, sugere-se a implementação de mais estudos envolvendo outros métodos, outras delimitações geográficas e instituições (sejam cooperativas, empresas privadas ou órgãos públicos) que possibilitem, a partir das particularidades da realidade socioeconômica das mulheres, a formulação de políticas públicas mais precisas para o empoderamento feminino na agricultura.

Referências Bibliográficas

- Akter, S., Rutsaert, P., Luis, J., Htwe, N. M., San, S. S., Raharjo, B., & Pustika, A. (2017). Women's empowerment and gender equity in agriculture: a different perspective from Southeast Asia. *Food Policy*, 69, 270-279.
- Alkire, S., Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A. R., Seymour, G., & Vaz, A. (2013a). The women's empowerment in agriculture index. *World Development*, 52, 71-91.
- Alkire, S., Malapit, H., Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A. R., Seymour, G., & Vaz, A. (2013b). *Instructional guide on the Women's Empowerment in Agriculture Index*. Washington: International Food Policy Research Institute. Recuperado em 5 de janeiro de 2020, de https://www.ifpri.org/sites/default/files/Basic%20Page/weai_instructionalguide1.pdf
- Avesui América Latina. (2019). *Você sabe onde fica o maior centro produtivo de proteína animal do mundo?* Recuperado em 5 de janeiro de 2020, de <https://www.avesui.com/noticias/voce-sabe-onde-fica-o-maior-centro-produtivo-de-proteina-animal-do-mundo/20190227-150404-l791>
- Baig, I. A., Batool, Z., Ali, A., Baig, S. A., Hashim, M., & Zia-Ur-Rehman, M. (2017). Impact of women empowerment on rural development in Southern Punjab, Pakistan. *Quality & Quantity*, 52(4), 1861-1872.
- Birck, L. G., Uribe-Opazo, M. A., Gimenes, R. M. T., & Staduto, J. A. R. (2008). A contribuição econômica da cooperativa agroindustrial lar para o desenvolvimento local. *Informe Gepec*, 12(2), 123-138.
- Brasil. (2019a). Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019. Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Recuperado em 16 de janeiro de 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9661.htm
- Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. (2019b). *Cooperativas são importantes para mulheres do campo, mas poucas têm poder de decisão*. Recuperado em

- 8 de janeiro de 2020, de <http://www.agricultura.gov.br/noticias/cooperativas-representam-ambiente-positivo-para-as-mulheres-mas-poder-de-decisao-ainda-e-negado>
- Camarano, A. A., & Abramovay, R. (1999). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos (Texto para Discussão, No. 621). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 22-55.
- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA. (2018). Mulheres no agronegócio. *Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada*, 1(1):1-13.
- Diiro, G. M., Seymour, G., Kassie, M., Muricho, G., & Muriithi, B. W. (2018). Women's empowerment in agriculture and agricultural productivity: evidence from rural maize farmer households in Western Kenya. *PLoS One*, 13(5), e0197995.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO. (2018). *Tackling climate change through rural women's empowerment*. Recuperado em 6 de janeiro de 2020, de <http://www.fao.org/3/ca0178en/CA0178EN.pdf>
- Gupta, S., Pingali, P. L., & Pinsturp-Andersen, P. (2017). Women's empowerment in Indian agriculture: does market orientation of farming systems matter? *Food Security*, 9(6), 1447-1463.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2020). *Censo agropecuário 2017*. Recuperado em 10 de janeiro de 2020, de www.sidra.ibge.gov.br
- Kishor, S., & Subaiya, L. (2008). *Understanding women's empowerment: a comparative analysis of Demographic and Health Surveys (DHS) data* (DHS Comparative Reports, No. 20). Calverton: Macro International.
- Kiyota, N., & Perondi, M. A. (2014). Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira & Z. Navarro (Eds.), *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 1012-1045). Brasília: Embrapa.
- Kiyota, N., Perondi, M. A., Simonetti, D., & Valandro, K. (2012). A sucessão geracional da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: um estudo de caso no município Itapejara d'Oeste entre 2005 e 2010. In *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. Brasília: SOBER.
- Klauck, S. (2004). *Gleba dos Bispos: colonização no Oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social*. Porto Alegre: EST.
- Lar Cooperativa Agroindustrial. (2020). *Institucional*. Recuperado em 6 de janeiro de 2020, de <http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>
- Malapit, H. J. L., & Quisumbing, A. R. (2015). What dimensions of women's empowerment in agriculture matter for nutrition in Ghana? *Food Policy*, 52, 54-63.
- Malapit, H., Pinkstaff, C., Sproule, K., Kovarik, C., Quisumbing, A., & Meinzen-Dick, R. (2017). *The Abbreviated Women's Empowerment in Agriculture Index (A-WEAI)* (IFPRI Discussion Paper, No. 1647). Washington: International Food Policy Research Institute.
- Malhotra, A., & Schuler, S. R. (2005). Women's empowerment as a variable in international development. In D. Narayan (Ed.), *Measuring empowerment: cross-disciplinary perspectives* (pp. 71-88). Washington: The World Bank.

- Marins, M. T. A. (2017). Symbolic and Gender Boundaries among the Bolsa Familia Beneficiaries. *Sociology and Anthropology*, (5), 635-644.
- Menasche, R., & Escher, S. (1996). *Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba: DESER e Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná.
- Paulilo, M. I. (1987). O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, 5(28), 64-70.
- Petesich, P., Smulovitz, C., & Walton, M. (2005). Evaluating empowerment: a framework with cases from Latin America. In D. Narayan (Ed.), *Measuring empowerment: cross-disciplinary perspectives* (pp. 39-67). Washington: The World Bank.
- Petros, S., Abay, F., Desta, G., & O'Brien, C. (2018). Women farmers' (dis)empowerment compared to men farmers in Ethiopia. *World Medical & Health Policy*, 10(3), 220-245.
- Piacenti, C., Ferrera de Lima, J., & Piffer, M. (2001). *O Prata e as controvérsias da integração Sul-Americana* (143 p.). Cascavel: Edunioeste.
- Piffer, M. (1997). *A dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional* Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Reis, M. B. (2017). *A Cooperativa Agroindustrial Lar sob a ótica do território: uma relação híbrida cooperativa/empresa* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Rippel, R. (1995). *Os encadeamentos produtivos de um complexo agro-industrial: um estudo da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Rippel, R. (2005). *Migração e desenvolvimento no Oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000* (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Seymour, G. (2017). Women's empowerment in agriculture: implications for technical efficiency in rural Bangladesh. *Agricultural Economics*, 48(4), 513-522.
- Sharaunga, S., Mudhara, M., & Bogale, A. (2015). The impact of 'women's empowerment in agriculture' on household vulnerability to food insecurity in the KwaZulu-Natal Province. *Forum for Development Studies*, 42(2), 195-223.
- Spanevello, R. M. (2019). Inserções de jovens mulheres em programas de crédito rural. In J. O. B. Marin & J. M. Froehlich (Eds.), *Juventudes rurais e desenvolvimento territorial* (pp. 245-266). Santa Maria: Editora UFSM.
- Sraboni, E., & Quisumbing, A. R. (2018). Women's empowerment in agriculture and dietary quality across the life course: evidence from Bangladesh. *Food Policy*, 81, 21-36.
- Sraboni, E., Malapit, H. J., Quisumbing, A. R., & Ahmed, A. U. (2014). Women's empowerment in agriculture: what role for food security in Bangladesh? *World Development*, 61, 11-52.
- Staduto, J. A. R. (2015). Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In J. A. R. Staduto, M. Souza & C. A. Nascimento (Eds.), *Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas* (pp. 69-95). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Staduto, J. A. R., Nascimento, C. A., & Souza, M. (2013). Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 10, 91-115.

- Tsiboe, F., Zereyesus, Y. A., Popp, J. S., & Osei, E. (2018). The effect of women's empowerment in agriculture on household nutrition and food poverty in Northern Ghana. *Social Indicators Research, 138*(1), 89-108.
- United Nations Children's Fund – UNICEF. (2000). *Multiple indicator cluster survey (MICS)*. Recuperado em 3 de janeiro de 2020, de https://www.unicef.org/moldova/ro/UNICEF_MICS_Consultant_ToR.pdf
- Woortmann, E. F., & Woortmann, K. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB.
- Wright, W., & Annes, A. (2016). Farm women and the empowerment potential in value-added agriculture. *Rural Sociology, 81*(4), 545-571.
- Zereyesus, Y. A. (2017). Women's empowerment in agriculture and household-level health in Northern Ghana: a capability approach. *Journal of International Development, 29*(7), 899-918.
- Zimmermann, S. A., Garcias, M. O., & Basso, D. (2019). Participação e empoderamento das mulheres em espaços cooperativos. In *Anais do IX Congresso da APDEA e o III Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural (ESADR)*. Lisboa: APDEA.

Recebido: Maio 12, 2020.

Aceito: Fevereiro 21, 2022.

JEL Classification: Q12; Q13; Q19.